



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



REQUERIMENTO N.º 78 /2019

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ –
ESTADO DE MINAS GERAIS.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES
☒ Recebido ☒ Numere-se ☒ Publique-se
Unai-MG, 22 / 20 19
PRESIDENTE

DESPACHO Deiro a Dispensa dos Pareceres. Inclua-se na Ordem do dia Subsequente Unai-MG 22 / 20 19 PRESIDENT

O Vereador infra-assinado, nos termos do dispositivo no inciso I do artigo 56, combinado com o artigo 57, § 2º, ambos da Resolução 195 de 25 de novembro de 1992, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Unai, vem às respeitáveis presenças de Vossas Excelências solicitar o recebimento e a inclusão na ordem do dia da presente proposição, que requerer a alteração do Requerimento nº. 67, aprovado em 15 de abril do corrente ano, por meio do qual, foi autorizada, por este colegiado de edis, a licença das atividades parlamentares para tratamento de saúde da Vereadora Andrea Machado, pelo período de 30 (trinta) dias, sendo que, com a aprovação da presente alteração, deverá ser considerada a data de 29 de março do corrente, como restabelecimento de tais atividades.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

Unai, 22 de abril de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR SILAS PROFESSOR
Segundo Secretário

PROTOCOLADO OFICIAL

-22-Abr-2019-13:57-000627-1/2

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MINAS GERAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo solicitar, de Vossa Excelência, o recebimento e a inclusão na ordem do dia e a dispensa de emissão de parecer da presente proposição, para requerer ao plenário, a alteração da data da licença médica da Vereadora Andrea Machado para ser contada a partir de 29 de ~~maio~~ ^{março} de 2019.

O pedido justifica-se, tendo em vista a retratação feita por este presidente, esteado no Princípio da Auto Tutela estabelece que a Administração Pública, possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando **inconvenientes** ou inoportunos. Assim, a Administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário para corrigir os seus atos, podendo fazê-lo diretamente.

Esse princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a 346, que estabelece que “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”, e 473, que dispõe o seguinte:

Súmula nº 473:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Atualmente, o princípio ganhou previsão legal, conforme consta no art. 53 da Lei 9.784/99:

“A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”.

Nesse jaez de pensar, O Senhor Presidente desta Casa, tomou por inoportuno e ilegítimo tomar por base a data de primeiro de abril, data em que a Câmara Municipal foi notificada, pelo TJ/MG da suspensão da liminar proferida pelo juiz de Unai, pois, tomei ciência de tal decisão no dia 29 de ~~abril~~ ^{março}, via sistema Eletrônico.

Unai, 22 de abril de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR SILAS PROFESSOR
Segundo Secretário

*AutORIZO a dispensa
do parecer requerido
nos termos do art. 149
da Resolução 198
de 25 de Novembro de 1995
Unai 22/04/19*